



ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO EM CAMPINAS PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

O Ministério Público do Trabalho em Campinas elaborou um plano de ação regional para tratar, de forma coordenada e efetiva, das iniciativas necessárias ao enfrentamento da pandemia e suas repercussões no mundo do trabalho e na Sociedade no âmbito do Estado.

Eixo 1 - Articulação interinstitucional e políticas públicas

1. Articulação junto ao Gabinete de Crise Estadual para:
 - a. Garantir a aquisição e distribuição constantes de equipamentos de proteção individual para todos os profissionais da saúde;
 - b. Implementar e fornecer materiais de higiene para todo o sistema de transporte público;
 - c. Tratar da questão das categorias de trabalhadores no transporte de entregas de mercadorias e no transporte de passageiros, por plataformas digitais, como disseminadora da contaminação, ante o aumento exponencial da demanda de trabalho.
2. Aproximação das autoridades sanitárias e gestores locais da Saúde, inclusive interagindo com os Gabinetes de Crise municipais e estaduais, com vistas a acompanhar as medidas orientativas e fiscalizatórias.
3. Participação no Gabinete de Crise do Estado juntamente com focalizadores do MPE e MPF e, também, no Gabinete de Crise de Campinas e grupo de Promotores e Procuradores da Região, com interlocução com os gestores municipais da região, considerando que não está na Capital do Estado;
4. Constante Articulação com a Secretaria de Economia e Fóruns Representantes das Entidades formadoras de aprendizagem profissional com o intuito de assegurar dos programas de aprendizagem e reposição de aulas teóricas e práticas (instaurado PGEA pela representante da Coordinfância local para viabilizar articulação).
5. Articulação com os demais ramos do Ministério Público para evitar incremento nos casos de trabalho infantil e para assegurar a proteção e manutenção de estruturas adequadas aos trabalhadores dos órgãos socioassistenciais (atuado PGEA pela representante regional da Coordinfância para acompanhamento das políticas públicas)
6. Articulação com Universidades e Institutos de Tecnologia na busca de soluções alternativas, como uso de impressão 3D, para criação de protótipos e produção em escala de respiradores, peças de reposição de respiradores e EPIs (atuação junto à Unicamp).
7. Contato com universidades, fornecedores da china, o grupo " coronatrack" e outras iniciativas de inovação e tecnologia.
8. Criação de subgrupo de EPI no grupo de trabalho da regional que faz tais articulações locais, com membros do MPE, MPF, pesquisadores, CEREST, montadoras, FATECs, universidades, entre outros.
9. Iniciativa de conectar os hospitais para que consigam comprar EPIs e insumos da China em conjunto;
10. Contato com fornecedores de álcool em gel, EPIs ou outros suprimentos para priorização de fornecimento aos estabelecimentos de saúde;
11. Articulação com a GRTE quanto à dispensa em massa de trabalhadores;
12. Mapeamento das iniciativas para eleição de prioridades e união dos esforços para solução dos gargalos. Foram realizadas destinações a universidades para viabilização de projetos;
13. Participação em reunião do Fórum das Águas e ingresso no subgrupo jurídico para soluções uniformes para a questão dos catadores na Região;

14. O Grupo Estadual, formado por representantes do MPT, MPF e MPE, decidiu pelo envio de ofício à Secretaria Estadual de Saúde e aos Conselhos de Segurança Municipal (CONSEMs), indagando sobre suas principais necessidades, a fim de traçar estratégia de acompanhamento das ações de aquisição e distribuição de EPIs aos profissionais de saúde;
15. Deliberado pela ampliação do contato com os gabinetes de crise de outros municípios, aos menos nas sedes das PTMs, com vistas a acompanhar as medidas orientativas e fiscalizatórias que vem sendo adotadas com relação aos estabelecimentos com possuem trabalhadores enquadrados no grupo de risco ao desenvolvimento de complicações relacionadas à covid-19;
16. Análise, em andamento, das informações prestadas pelas Promotorias de Justiça da área de abrangência da PRT-15ª Região quanto aos questionamentos apresentados pela Coordenadora Regional da Coordinfância (fomento de políticas públicas para evitar ou diminuir os casos de trabalho infantil; adoção de medidas de proteção aos trabalhadores que atuam nos programas de atendimento de crianças e adolescentes);
17. Enviada demanda ao Coordenador Regional da Conalis para articulação junto às GRTEs visando à participação e acompanhamento das mediações nos casos de dispensa em massa.
18. Encaminhado formulário de diagnóstico de serviços de saúde ao Cerest Estadual, Federação e Sindicatos dos Trabalhadores da Saúde, Conselhos Regionais de Medicina, Enfermagem e Radiologia e Secretarias Municipais de Saúde da circunscrição Campinas, PTM de São José dos Campos, PTM de Bauru, PTM de Presidente Prudente. Também será incentivada a participação dos maiores hospitais da região na pesquisa;
19. Realizada reunião com o Município de Campinas, a DRS e o Município de Campinas sobre a reabertura das atividades econômicas em Campinas e na Região.
20. Realizada destinação à projeto em parceria com a UNICAMP e Município de Campinas para projeto voltado à situação dos migrantes do Município.

Eixo 2 - Atuação estratégia/promoção

1. Instaurados procedimentos promocionais sobre diversos temas, conforme plano de trabalho regional. No dia 3 de abril constavam 27 (vinte e sete) 27 procedimentos promocionais na PRT-15 sobre covid-19;
2. Diagnóstico das categorias específicas mais prejudicadas e com necessidade de medidas imediatas peculiares à profissão ou atividade para a proteção da saúde e o estabelecimento de diálogo e apoio às entidades sindicais representativas das referidas categorias, bem como com órgãos e agências reguladoras, para adoção das medidas especiais de proteção do emprego e ocupação (foram instaurados procedimentos promocionais sobre setores críticos).
3. Fomento à mediação e negociação coletiva para adoção de medidas de proteção à saúde e exposição à covid – 19, dentro e fora dos locais de trabalho e proteção ao emprego e ocupação, sob demanda.
4. Expedidas recomendações aos sindicatos das categorias específicas dos trabalhadores no transporte de entregas de mercadorias e no transporte de passageiros, por plataformas digitais (há ação promocional específica).
5. Elaborada minuta de notificação sobre Alerta de Prevenção e Proteção para os estabelecimentos industriais, comerciais, serviços, educacionais, saúde sobre o coronavírus (covid-19);
6. Instaurados promos nos municípios de Campinas, Araçatuba, Araraquara, Presidente Prudente, São José do Rio Preto e São José dos Campos para instauração de diálogo e articulação com diversos setores econômicos.
7. Elaboração de minuta geral unificada com o PMOC, máscaras não profissionais e recomendações gerais aos empregadores, encaminhada ao Setor Pericial da Regional;
8. Encaminhada Notificação Recomendatória ao BNDES quanto ao compromisso do beneficiário de suspensões de pagamentos de financiamentos à preservação do emprego. Diante da resposta negativa, foi ajuizada ação civil pública (Ação Civil Pública 0010532-08.2020.5.15.0093, acompanhada no 36º Ofício no PAJ 001287.2020.15.000/9);
9. Instaurados procedimentos promocionais (60 PA-PROMOs), por categorias, com vistas ao diálogo e à articulação com órgãos e agências reguladoras para a adoção de medidas normativas ou políticas públicas no intuito de implementar medidas de proteção do emprego e de ocupação para as respectivas categorias. Até o presente

momento, foram instaurados 60 PA-PROMOS, com o envio de diversas recomendações e notas técnicas a municípios da área de abrangência da 15ª Região.

10. Acompanhamento e compartilhamento das principais ações e experiências exitosas da Regional em formulário de pesquisa disponível na plataforma Google Forms (o resumo dessas ações, com base no dia 11.5.2020, pode ser acessado na versão integral do plano regional);
11. Após resposta da Secretaria de Administração Penitenciária, em que se constatou o atendimento parcial de recomendações expedidas em face do setor prisional, decidiu-se, em reunião com participação de Membro da PRT-2ª Região e sindicatos de servidores, pelo ajuizamento de ações civis públicas pelas entidades;
12. Instaurado PA-PROMO específico para acompanhamento das medidas de reabertura dos serviços não essenciais, com atuação em conjunto com a PRT-2ª Região. Por ora, considerando a prorrogação da quarentena no Estado de São Paulo até o dia 31.5.2020, a questão continua apenas sendo acompanhada.
13. Realizada atuação junto aos catadores(a) de materiais reciclados, tem se realizado articulações com o MPE e os Municípios visando à garantia de renda mínima frente à paralisação da triagem. Na região de Campinas, foi realizada reunião com representantes de mais 7 municípios da rede de catadores de Piracicaba; nas PTMs de Presidente Prudente e São José do Rio Preto, decidiu-se pela instauração de PROMOs para o desenvolvimento de estratégias em prol desse grupo em suas respectivas áreas de abrangência;
14. Realizada reunião com representantes do BNDES para tratar do compromisso a ser prestado pelo beneficiário quanto à preservação de empregos na hipótese de concessão de suspensão de pagamento de parcelas de financiamentos, deliberando-se pelo envio das cláusulas sociais dos contratos do BNDES para apreciação do MPT, bem como de informações relativas ao Programa Emergencial de Suporte a Empregos (PESE – MP nº 944/2020);
15. Realizado contato com o Município através do PROMO 000805.2020.15.000/2, articulando-se, por ora, ações em favor de tal categoria de trabalhadores (migrantes), bem como a verificação das condições de vida e alojamento;
16. Realizado contato com o Município de Campinas para aplicação dos termos de notificação recomendatórias aos abrigos de migrantes, articulando-se, além de ações em favor desse grupo, a verificação das condições de seus alojamentos.
17. Elaborada a minuta e encaminhada ao Setor Pericial. Consequentemente foi realizada a análise técnica pelo Setor Pericial e encaminhadas as conclusões, juntamente com a minuta, aos membros para utilização;
18. Encaminhadas notificações às empresas para que informem qual a situação dos trabalhadores e solicitada a apresentação de plano de contingenciamento atualizado;
19. Participação em audiência de tentativa de conciliação em relação à ACP ajuizada;
20. Realizada colheita de informações junto aos abrigos de migrantes em relação às condições de prevenção à covid-19;

Eixo 3 - Divulgação de notas técnicas, recomendações e difusão da informação para ampla conscientização

1. Expedição de Recomendação e Notas Técnicas aos empregadores, sindicatos patronais, sindicatos profissionais que representem setores econômicos considerados de risco muito alto, alto ou mediano (OSHA), que observem as medidas de segurança que devem ser adotadas nas empresas.
2. Encaminhada notificação recomendatória ao Município de Campinas quanto à situação de saúde e social das associações de catadores e catadoras de materiais recicláveis;
3. Participação do Grupo de Trabalho em "live" organizada pela OAB de Sorocaba sobre a atuação do MPT em relação à pandemia da covid-19;

Eixo 4 - Medidas administrativas de apoio à atuação do MPT

1. Estabelecido plantão de membros e servidores
2. Instituído grupo de trabalho específico para fazer frente à pandemia
3. Campanha de arrecadação de alimentos para o Banco de Alimentos de Campinas.
4. Criado subgrupo para acompanhamento das destinações realizadas na PRT-15 para ações relacionadas com o combate à covid-19;
5. Realizada a Campanha: #vaidemáscara: (https://www.instagram.com/p/B_GFjs6qz8Y/?igshid=osnsg79jf9ek)
6. Disponibilizado o formulário "Atuação da PRT-15 no combate à COVID-19", por prazo indeterminado, aos Membros titulares de PROMOS, que poderão registrar, de modo rápido e simples, os principais andamentos decorrentes de suas atuações;
7. Emitido parecer por servidor Analista do MPU/Perito em Medicina do Trabalho quanto às medidas sanitárias que devem ser observadas pelas empresas quando do retorno de suas atividades, o qual foi repassado aos Membros como orientação de atuação.
8. Participação em Webinar "Audiências trabalhistas de instrução em tempos de Pandemia" pelo Procurador-Chefe, Dimas Moreira da Silva;
9. Realizada "live" com os membros do GT COVID e convidados do GT nacional (coordenadores nacionais da CONAFRET);

Destinações da Unidade

Até o momento, a unidade realizou um total de R\$ 21.718.230,60 em destinações para o combate à covid-19. Esse recurso possui as seguintes origens: [Ações judiciais R\$ 21.364.285,12] [TACs R\$ 353.945,48].



@mptcampinas



@MPTCampinas

<http://www.prt15.mpt.mp.br/>